

NÍVEL DE ATIVIDADE

Ipea aponta os riscos da retomada em 2004

Recuperação econômica não pode depender apenas do consumo, diz estudo, que propõe novos investimentos

Mônica Magnavita
do Rio

A esperada expansão do nível de atividade econômica no final deste ano e início de 2004 pode esbarrar em gargalos na indústria e no setor de infra-estrutura, a partir do segundo semestre do próximo ano. O economista do Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada (Ipea) Armando Castelar, autor de um recente estudo sobre o assunto, diz que "o risco é essa recuperação (econômica) no próximo ano ser toda concentrada no consumo."

Num primeiro momento, a capacidade instalada ociosa da indústria será preenchida, mas caso a expansão continue, gargalos podem aparecer. Daí a necessidade de novos investimentos. Os números atuais preocupam.

As aprovações de projetos de investimentos da indústria na carteira do Banco Nacional da Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) até setembro somaram R\$ 5,3 bilhões. No mesmo período de 2002, chegaram a R\$ 11,7 bilhões. As aprovações totais, entre janeiro e setembro ficaram em R\$ 19,5 bi-

Aprovação de financiamento

Janeiro/setembro
(em R\$ milhões)

Setores	2002	2003
Agropecuária	2.843	4.170
Indústria	11.750	5.438
Infraestrutura	12.028	8.177
Comércio/serviços	2.159	1.510
Educação e saúde	409	298
TOTAL	29.189	19.593

Fonte: BNDES

lhões, ante os R\$ 29 bilhões nos nove primeiros meses de 2002. Os projetos aprovados pelo BNDES serão desembolsados nos próximos meses e estão longe de atingir o patamar esperado para a retomada do crescimento.

"Por insegurança, o setor produtivo vai esperar o crescimento se consolidar para investir. Isso só não ocorrerá em casos pontuais, em setores de retorno rápido", disse Cas-

telar, acrescentando que historicamente, falta ao País investir o suficiente para aumentar sua capacidade produtiva no ritmo necessário para viabilizar a expansão acelerada do Produto Interno Bruto (PIB).

"Temos pouco investimento nos últimos anos, e os investimentos não estão reagindo", disse. Já há setores de bens intermediários com elevada utilização da capacidade — em siderurgia, papel e celulose e na pe-

troquímica. Os cálculos de Castelar dão a dimensão do problema a longo prazo. O crescimento médio da força de trabalho nos próximos 20 anos deve ser de 1,8% ao ano. O crescimento médio anual previsto da população é de 1,1%. Para que o PIB per capita cresça a uma média anual de 3,9% como entre 1930-1980, o PIB geral precisaria crescer a uma média de 5% ao ano e o estoque de capital a 5,2% ao ano. Isso significa que os investimentos teriam que ser de 18,5% do PIB, atingindo 23,4% do PIB em 2022, a preços constantes de 1980.

"Atingir essa meta exigirá um esforço considerável", diz Castelar. Observa que as contas não visam sugerir que o Brasil não pode crescer nos próximos 20 anos a taxas elevadas, mas ressaltam que se o País quiser repetir o desempenho até os anos 80 será necessário um conjunto de medidas. Por exemplo, a queda expressiva do custo de investimento e o aumento da poupança.

Castelar diz que apesar da estabilidade das taxas de poupança e de investimento, a acumulação de capital ficou mais lenta em função de

um aumento significativo do custo relativo do investimento fixo em relação aos demais preços da economia. Nas duas últimas décadas, o custo relativo do investimento (Formação Bruta de Capital Fixo) foi cerca de 28% maior do que em 1980 e 41% mais alto do que no período 1964-1980. A queda da inflação não foi capaz de reverter essa situação.

Um dos motivos está no alto custo da construção civil, responsável por um terço do investimento no País. Isso ocorre, principalmente, em função da aceleração dos preços nos setores siderúrgicos e de cimento, importantes fornecedores para a construção civil. O preço dos minerais não-metálicos tiveram um aumento real de 125% de 1980 até o ano passado. "Esses são os setores que se beneficiaram de aumentos relevantes de produtividade, mas em que esses ganhos sejam inteiramente apropriados pelos produtores. Nesses setores, um aumento da competição permitirá reduzir os preços de seus produtos ao consumidor", disse Castelar.